CLIPPING

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO
imprensa@tce.go.gov.br
www.tce.go.gov.br
3228-2699

POLÍTICA

CPI começa a investigar incentivos

ASSEMBLEIA Deputados solicitam ao Estado leis e atos normativos sobre benefícios fiscais, contrapartidas, valores e empresas beneficiadas

Bruna Aidar
bruna.aidar@opopular.com.br

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Incentivos Fiscais na Assembleia Legislativa aprovou ontem os primeiros requerimentos de informações que devem municiar as investigações sobre a concessão de benefícios fiscais em Goiás. Além de dados sobre valores, metodologias e empresas favorecidas, os deputados estaduais também pediram que o Ministério Público do Estado de Goiás (MP-GO) envie cópias de dois inquéritos civis públicos que tratam do assunto.

Segundo o relator da CPI, Humberto Aidar (MDB), ele e o presidente Álvaro Guimarães (DEM) pretendem inclusive ir ao MP para conversar com os promotores responsáveis e saber os detalhes das investigações em curso.

Orientado pelos técnicos Luciano Roque e Messias Anain, respectivamente, do Tribunal de Contas do Estado (TCE) e do Tribunais de Contas dos Municípios (TCM), que auxiliam a CPI, o relator apresentou pedidos às secretarias estaduais de Indústria e Comércio (SIC) e de Economia, e, ainda, ao TCE.

No caso das secretarias, a solicitação é para que, em até dez dias, elas enviem à comissão as leis e atos normativos que instituíram os programas Fomentar e Produzir; os porcentuais e notas técnicas sobre a renúncia de receitas do Estado; as metodologias de análise das contrapartidas das empresas e a lista de todas as pessoas jurídicas beneficiadas entre 2014 e 2018, bem como os valores envolvidos. Eles também querem saber quais delas passaram por auditorias e quais cumpriram as contrapartidas exigidas para os benefícios.

O prazo de cinco anos, explica o emedebista, foi definido porque é o período de vigência dos benefícios. "Não adianta investigar o que já passou. Assim, se for detectada qualquer irregularidade, não caducou ainda."

Os deputados pediram ainda que o TCE envie "cópia de todos os relatórios de auditoria realizados nos últimos oito anos relativamente à concessão ou a utilização irregular de incentivos fiscais relativos ao ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), inclusive créditos outorgados".

"Na verdade, a primeira parte da CPI vai ser só para análise de documentos, os técnicos vão começar esse trabalho, se necessário pedir outros, e só então vamos começar oitivas", declarou Humberto. "Empresa não cumpriu? Aí convocaremos. Não adianta chamar e não ter nada para falar, não ter nenhum dado para confrontá-los."

O POPULAR - 29/03

PF prende 5 e apreende mais de R$ 2,3 milhões

DECANTAÇÃO 2 Investigações, que envolvem o ex-governador José Eliton, apuram supostos pagamentos irregulares da Saneago à empresa Sanefer; repasses teriam beneficiado o PSDB

Fabiana Pulcinelli
fabiana.pulcinelli@opopular.com.br

Karla Araújo
karla.araujo@opopular.com.br

Com contratos de pelo menos R$ 550 milhões com a Saneago, a empresa Sanefer teria recebido pagamentos irregulares e beneficiado politicos do PSDB com doações de campanha, voos e repasses de recursos, apontam as investigações da segunda fase da Operação Decantação, deflagrada ontem pela Polícia Federal.

A operação, que apura os crimes de peculato, corrupção ativa e passiva, organização criminosa e lavagem de dinheiro, prendeu temporariamente o ex-chefe de Gabinete do ex-governador Marconi Perillo (PSDB) Luiz Alberto de Oliveira (PSDB), conhecido como Bambu, o empresário Carlos Eduardo Pereira da Costa, dono da Sanefer e de outras duas empresas, e o ex-diretor da Saneago e empregado da estatal Robson Salazar. O ex-governador José Eliton (PSDB) e o ex-chefe de Gabinete dele Charle Antônio Gomes, atual assessor do Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO), foram alvos de mandados de busca e apreensão.

Com Bambu e a filha dele, Gisella Silva de Oliveira Albuquerque, também presa, foram apreendidos R$ 2.371.770,00. Na residência de Gisella também foram encontradas seis armas de fogo. Completa a lista de presos a empresária e mulher de Carlos Eduardo, Nilvane Tomás de Sousa Costa.

Segundo as investigações da PF e do Ministério Público Federal, a Sanefer recebia pagamentos mesmo sem certidões de regularidade fiscal e atropelando a ordem cronológica de liberações da Saneago por meio de acertos políticos.

Bambu é apontado pelos investigadores como "sócio oculto" das empresas de Carlos Eduardo e destinatário dos recursos devidos pela Saneago à Sanefer. Segundo o MPF, há "relação próxima e aparente confusão patrimonial" entre os dois.

> "Infere-se que o dinheiro da SSP/GO para pagamento das empresas de Carlos Eduardo retornaram a José Eliton, a título de propina"
>
> **Helio Telho, procurador, em manifestação do MPF**

Eles firmaram um contrato de cessão de crédito da Sanefer para Bambu no valor de R$ 21 milhões, dos quais R$ 19 milhões referiam-se ao contrato número 781/2013 de locação de máquinas à Saneago. Segundo o MPF, o objeto é estranho ao ramo de atuação da Sanefer.

As investigações também apontam suspeitas de que Bambu e a filha praticaram lavagem de dinheiro. Segundo os relatórios, eles depositaram valores em espécie sem origem à Sanefer, por meio de contrato de mútuo, e posteriormente receberam o valor de volta com origem declarada.

Bambu é conhecido por emprestar dinheiro a empresários e políticos e isso é utilizado por aliados para justificar as movimentações financeiras dele e de Carlos Eduardo. Em 2017, O POPULAR mostrou que o então chefe de Gabinete de Marconi acionou na Justiça o ex-presidente da Saneago e ex-presidente da Codego Júlio Vaz por um empréstimo de R$ 38 milhões a Carlos Eduardo, em que Júlio seria avalista.

A primeira fase da Decantação foi deflagrada em agosto de 2016 e já apontava uso político da estatal. Na ocasião foram presos o então presidente da Saneago José Taveira e o diretor de Expansão Adréni Gonçalves, ambos do PSDB. A segunda fase é resultado de análise de material apreendido e depoimentos.

EX-GOVERNADOR

O pedido de medidas cautelares - prisões e apreensões - foi feito pelo delegado da Polícia Federal Charles Gonçalves Lemes em 19 de outubro do ano passado. A manifestação do MPF foi assinada pelo procurador Helio Telho em 14 de dezembro de 2018. No documento, ele afirma que a PF indicava que apenas teria condições de deflagrar a operação no ano seguinte. "Obteve-se a informação de que as buscas seriam realizadas somente em janeiro de 2019, por razões de logística e de impossibilidade material e falta de contingente disponível para deflagrar a operação ainda este ano."

Isso servia de argumento para o parecer ser contrário a buscas em endereços do governo estadual, como havia pedido o delegado da PF. Helio Telho também se colocou contra a prisão preventiva ou temporária do ex-governador José Eliton, alegando falta de atualidade nos fatos imputados a ele.

No caso de Eliton, o inquérito aponta três fatos: ele utilizou voos de aviões de propriedade de Carlos Eduardo; pagamento dele para o empresário de R$ 100 mil e a liberação de recursos da Secretaria de Segurança Pública para a Saneago, que teriam sido destinados a pagar a Sanefer, no período em que ele foi titular da pasta.

A utilização de voos já havia sido apontada na primeira fase da Decantação. Eliton disse na ocasião que "em viagens de interesse particular, utilizou, por algumas vezes, aeronaves de pessoas de sua relação, devidamente registradas, e com comprovantes de pagamentos efetuados, o que é absolutamente legal". Disse ainda que mantinha relação social antiga com Carlos Eduardo, mas que ele "jamais prestou favores de qualquer natureza".

Também na época, Eliton afirmou que os pagamentos da SSP eram de responsabilidade da Secretaria da Fazenda e que nunca fez gestões para priorizá-los ou destiná-los a algum setor.

Para o MPF, "Infere-se que o dinheiro da SSP/GO para pagamento das empresas de Carlos Eduardo retornaram a José Eliton, a título de propina, através de doações eleitorais para campanha do PSDB e de Marconi Perillo, inclusive na forma de empréstimo da aeronave". A referência é ao fato de a campanha de Marconi receber R$ 440 mil de doações da Sanefer em 2014.

Decantação 2

A operação apura fraudes em licitações e desvios de verbas da Saneago

EMPRESA FAVORECIDA EM CONTRATOS:
Sanefer

PRESOS:
- Robson Borges Salazar, ex-diretor de Gestão e servidor da Saneago
- Luiz Alberto de Oliveira (Bambu), ex-chefe de gabinete de Marconi Perillo (PSDB)
- Gisella Albuquerque, filha de Luiz Alberto e ex-assessora comissionada do governo de Goiás
- Carlos Eduardo Pereira da Costa, proprietário da Sanefer e outras duas empresas envolvidas no esquema (Terra Forte e Hidrobombas), que eram usadas na movimentação de dinheiro
- Nilvane Tomas de Sousa Costa, esposa de Carlos Eduardo e sócia das empresas investigadas

PRINCIPAIS PONTOS DA INVESTIGAÇÃO:
- José Eliton e Luiz Alberto utilizavam aeronave da Sanefer com frequência.
- Relação próxima e até mesmo aparente confusão patrimonial entre Carlos Eduardo e Luiz Alberto.
- Luiz Alberto era sócio oculto das empresas Sanefer, Terra Forte e Hidrobombas.
- Em contratos com a Saneago, Sanefer recebia pagamentos fora da ordem cronológica e sem apresentar certidão de regularidade fiscal. Situação era facilitada por Robson Salazar.
- Luiz Alberto era responsável por agendar reuniões entre Carlos Eduardo e José Eliton.
- Secretaria de Segurança Pública, comandada por José Eliton, liberava pagamentos para a Saneago com planilhas produzidas por Robson. Valores eram usados para pagar contratos com a Sanefer.
- Diálogos telefônicos interceptados mostram conversas entre Luiz Alberto e Carlos Eduardo acerca de pagamentos devidos à Sanefer pela Saneago.
- Sanefer fez doação de R$ 440 mil à campanha de Marconi Perillo (PSDB) ao governo de Goiás em 2014.

DINHEIRO APREENDIDO:
- **R$ 1 milhão*** em carro de Luiz Alberto
- **R$ 1 milhão*** na casa de Gisella

*origem do dinheiro não confirmada

8 MANDADOS DE BUSCA E APREENSÃO CUMPRIDOS:
- Residência de Charle Antônio Gomes (ex-chefe de gabinete da vice-governadoria)
- Residência de Luiz Alberto de Oliveira (Bambu)
- Residência de Gisella Albuquerque
- Residência de Robson Salazar
- Residência de Carlos Eduardo Pereira da Costa
- Residência de Nilvane Tomás de Sousa Costa
- Sede das empresas Lual Administração e Participação e Lual Investimento e Empreendimento (mesmo endereço)
- Residência de José Eliton

Salazar chegou a ser nomeado na atual gestão

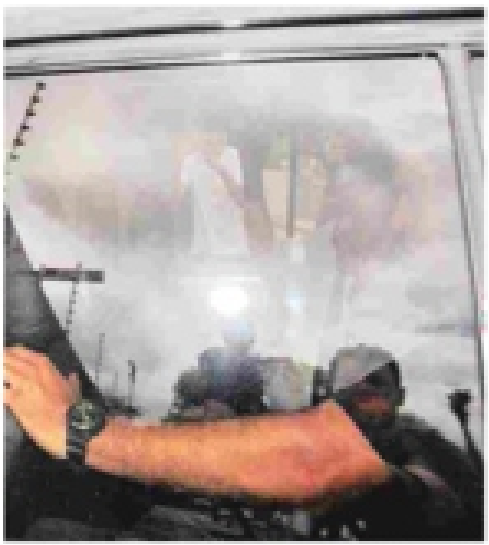
Fabiana Pulcinelli
fabiana.pulcinelli@opopular.com.br

Preso ontem na segunda fase da Operação Decantação, o economista e servidor da Saneago Robson Salazar chegou a ser nomeado assessor técnico da Diretoria Financeira da estatal pela atual gestão, no dia 25 de fevereiro deste ano. Ele havia sido preso na primeira fase da operação, em 2016, quando diretor de Gestão, e era investigado por supostamente atuar em favor dos interesses da empresa Sanefer e de Luiz Alberto de Oliveira, o Bambu, ex-chefe de Gabinete de Marconi Perillo (PSDB).

Ontem, questionada pelo POPULAR sobre a nomeação, a direção da Saneago informou que a portaria de nomeação foi revogada quatro dias depois, em 1º de março. A assessoria da estatal informou que o diretor Financeiro, Paulo Rogério Bragatto Battiston, veio do Paraná juntamente com o presidente Ricardo Soavinski e fez as nomeações com base em currículo. Após a publicação da nomeação, foi avisado sobre as investigações e revogou a portaria.

Na manifestação sobre os pedidos de prisão, o Ministério Público Federal apontou que a permanência de Robson nos quadros da estatal - ainda que apenas como empregado - "indica que existe uma rede de proteção atual dentro da Saneago". "Os funcionários da Saneago ostentam a qualidade de empregados públicos, mantendo vínculo empregatício com a entidade e, assim, não são estáveis, podendo ser demitidos com ou sem justa causa", diz o procurador Hélio Telho. "O fato de Robson Salazar ter permanecido junto à estatal indica que existe uma rede de proteção atual dentro da Saneago que permitiu a manutenção de seu emprego público mesmo diante das robustas provas de sua participação nos crimes cometidos pela organização criminosa contra a própria empresa pública. Tais circunstâncias são indícios de que a organização criminosa encontra-se em plena atividade e mantém influência na Saneago."

> *"A Saneago não se furtará de aplicar as penalidades cabíveis nos casos de comprovado envolvimento de seus empregados em práticas ilícitas"*
>
> **Saneago, em nota à imprensa**



Luiz Alberto de Oliveira, o Bambu, é conduzido à sede da Polícia Federal

A Saneago informou que instaurou procedimentos internos visando à legalidade dos atos praticados pela estatal. "A Saneago não se furtará de aplicar as penalidades cabíveis nos casos de comprovado envolvimento de seus empregados em práticas ilícitas", afirmou a assessoria.

Defesa nega envolvimento

Em nota, o advogado do ex-governador José Eliton (PSDB), Tito Amaral, afirmou que não há indício concreto do envolvimento do ex-governador nos fatos apurados pela segunda fase da Operação Decantação. "Não existem fatos ou elementos nesta investigação que coloquem em suspeita a lisura de José Eliton como vice-governador ou governador." Advogado do ex-diretor da Saneago Robson Salazar, Luis Rassi disse que protocolará habeas corpus nesta sexta-feira e reclamou da demora para o acesso ao inquérito. A reportagem não conseguiu localizar os advogados dos demais presos.

A assessoria de Eliton, que estava no interior do Estado no cumprimento do mandado de busca, disse que ele se colocou à disposição para prestar esclarecimentos à Polícia Federal e que prefere falar com a imprensa depois de ser ouvido nas investigações.

OPERAÇÃO DECANTAÇÃO

Saneago e Sanefer firmaram contratos de R$ 350 milhões

Polícia Federal/ Divulgação



Mala com parte dos mais de R$ 2,3 milhões encontrados em carro e casa de suspeitos

Investigação
Operação prendeu dono da empresa e mais 4 e fez buscas na casa de José Eliton

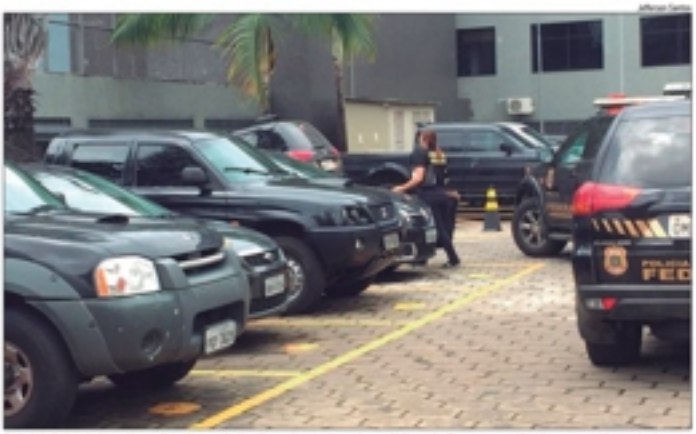
Nomeação
MPF aponta existência de "rede de proteção atual dentro da Saneago"

Campanha
Sanefer é acusada de beneficiar políticos do PSDB com doações P4 E 5

Operação evidencia corrupção tucana

Polícia Federal levou ex-chefe de gabinete de Marconi Perillo e outras quatro pessoas para a prisão, além da apreensão de R$ 1,8 milhão. Também foram feitas buscas no apartamento de luxo do ex-governador José Eliton

RAPHAEL BEZERRA*



Policiais federais investigam fraudes em licitações e desvio de verbas públicas da Saneago, praticados em gestões anteriores

A segunda fase da Operação Decantação, deflagrada na manhã desta quinta-feira (28), deu mais um passo na direção dos dois últimos governadores tucanos de Goiás. A Polícia Federal investiga fraudes em licitações e desvio de verbas públicas da Companhia Saneamento de Goiás (Saneago). No âmbito da operação, cinco mandados de prisão preventiva foram cumpridas pela PF, que inclui o ex-chefe de gabinete de Marconi Perillo (PSDB), Luiz Alberto de Oliveira (Bambu). Gisella Albuquerque, que é filha de Bambu, também foi presa em casa, com R$ 800 mil em espécie, além de seis armas. O ex-diretor financeiro da Saneago, Robson Borges Salazar, o empresário Carlos Eduardo Pereira da Costa e Nilvane Tomás de Sousa Costa também tiveram mandado de prisão cumpridos.

Em audiência de custódia, realizada ontem à tarde, a Justiça Federal determinou a manutenção das prisões.

Esta foi a primeira vez que uma ação chega tão perto de José Eliton, que além de ter seu apartamento vasculhado, no Jardim Goiás, também teve um computador apreendido para levantamento de eventuais provas que o coloque junto com os envolvidos.

Segundo a Polícia Federal, os desvios investigados na manhã de ontem ocorreram durante a gestão dele, enquanto ocupava a cadeira do Palácio das Esmeraldas, após seu padrinho político, Marconi Perillo, renunciar ao cargo para disputar as eleições de 2018. O ex-governador foi alvo de busca e apreensão em seu apartamento de luxo. A defesa alega que não teve acesso ao que foi apreendido, apesar de anteriormente ter indicado que um computador tenha sido levado pelos policiais federais.

Ainda de acordo com a Polícia Federal, foi constatado que três empresas, de um único dono, foram beneficiadas em contratos junto à companhia de saneamento do estado, mesmo com impedimentos fiscais e não sendo especialistas na prestação dos serviços demandados, o que indica direcionamento de licitação.

Alvo da operação Decantação 2, a empresa Sanefer e seus proprietários repassaram, entre 2008 e 2014, ao menos R$ 3,8 milhões para campanhas eleitorais. As informações constam em documento da Polícia Federal que embasou o pedido de cinco prisões temporárias e oito mandados de busca e apreensão cumpridos nesta quinta-feira.

Além das prisões, foi decretado também o sequestro de bens e imóveis relacionados ao envolvidos na operação. Foram 65 imóveis sequestrados avaliados em R$ 35 milhões. A Justiça também determinou o bloqueio de R$ 181 milhões em "saldos de contas bancárias e aplicações" de cinco investigados na operação. O valor é o equivalente a um contrato fechado em 2013 pela Saneago e a empresa.

Pelo Twitter, o governador Ronaldo Caiado (DEM), afirmou que a operação é mais um constrangimento para todo o povo goiano. "Esse tipo de notícia nos enche de indignação. E eu lamento anunciar que, a julgar pelos descalabros que estamos encontrando no governo, isso é só a ponta do iceberg", afirmou.

Outro lado

A Saneago afirmou em nota que em relação à operação deflagrada pela Polícia Federal, na manhã desta quinta-feira, relacionada a fatos ocorridos no período de 2012 a 2016, a Saneago destaca que a atual gestão da Empresa tem priorizado a implantação das melhores práticas de governança e compliance, para garantir a lisura em todos os processos da Companhia.

Dentre as ações tomadas está a criação da Superintendência de Governança, unidade responsável pela implantação de uma série de políticas estratégicas, como a Política de Alçadas, documento que normatiza a tomada de decisões pela Diretoria Colegiada, a Política de Prevenção de Conflito de Interesses, em conformidade com o Código de Conduta e Integridade da Companhia, Política de Transações com Partes Relacionadas e a Política de Prevenção de Atos de Corrupção.

Em nota, o advogado Tito Souza Amaral, que defende Eliton, disse que "não existem fatos ou elementos nesta investigação que coloquem em suspeita a lisura" de seu cliente. "Não há nenhum indício concreto de seu envolvimento nos fatos em apuração", relatou.

A defesa do ex-chefe de gabinete diz que os valores e as armas pertencem a Oliveira. Sobre o dinheiro, o advogado Pedro Márcio Mundim de Siqueira diz que ele foi informado na declaração de dirbeiro. Já as armas estão todas registradas, segundo ele. O advogado ainda avalia as medidas judiciais a serem tomadas após a prisão, mas qualificou a operação como "exagerada", diz a nota.

A defesa de Robson Borges Salazar diz, através de nota, que não vislumbra o mínimo fundamento que seja para o decreto de prisão cumprido por ocasião da Operação Decantação 2.

"A decisão foi proferida por Juízo incompetente, posto que os fatos são conexos com suposto delito de "caixa 2", afeto à competência da Justiça Eleitoral, sem observar a contemporaneidade dos fatos com a deflagração da medida, além de desconsiderar os requisitos para a prisão, tais como a imprescindibilidade da medida.", informa. A defesa diz ainda que está buscando o restabelecimento da liberdade de Robson Salazar.

A reportagem tentou contato com a defesa dos demais envolvidos na operação mas não houve retorno até o fechamento desta edição.



No total, R$ 1,8 milhão foi apreendido pela Polícia Federal



Armas foram apreendidas na casa de Gisella Albuquerque

José Eliton chegou a ter pedido de prisão solicitada, mas juiz negou

Herdeiro do império tucano, José Eliton (PSDB) chegou a ter pedido de prisão solicitada pelo Ministério Público, mas o juiz federal Rafael Siomp negou o pedido de prisão e determinou que apenas buscas fossem realizadas na casa do político. "Foi requerida a prisão. Pelo fato de ele não estar mais na administração e pela contemporaneidade dos fatos", revelou o delegado federal Charles Cavalcante Lemes.

O delegado também afirmou que José Eliton participou do esquema enquanto ainda era vice-governador, entre 2012 e 2016, na época em que também acumulava o cargo de secretário de Segurança Pública (SSP).

No momento da operação, o tucano estava em Posse, no nordeste goiano, onde, segundo sua defesa, participava de audiência como advogado.

De acordo com denúncia do MPF, Carlos Eduardo Pereira da Costa, um dos presos é também um dos donos da empresa Sanefer, uma das que presta serviço à Saneago. Segundo informações, a mesma foi beneficiada com contratos que ultrapassam R$ 200 milhões nos últimos anos. A mesma companhia fez várias doações de dinheiro e até mesmo cedeu avião para campanhas eleitorais, eventos em que Eliton foi beneficiário.

Doação milionária

A empresa Sanefer, investigada por desviar milhões dos cofres da Saneago, e seus proprietários repassaram, entre 2008 e 2014, ao menos R$ 3,8 milhões para campanhas eleitorais. As informações constam em documento da Polícia Federal que embasou o pedido de cinco prisões temporárias e oito mandados de busca e apreensão cumpridos ontem.

Segundo as investigações, parte dos recursos recebidos pela prestação de serviços à Saneago era repassada para o chefe de gabinete do então governador do Estado, Luiz Alberto de Oliveira. Segundo a PF, dos R$ 3,8 milhões destinados a campanhas eleitorais, R$ 1,8 milhão foi para o PSDB, partido dos ex-governadores de Goiás, José Eliton e Marconi Perillo, e outros R$ 1,1 milhão foram para o PTB. Perillo, diz trecho de um documento da PF, recebeu em 2014 R$ 440 mil da Sanefer a título de cessão de uso de aeronave.

A PF indica indícios de lavagem de dinheiro feito pelas empresas investigadas. Isto porque, ficou comprovada uma transferência de e valores na ordem de R$ 28 milhões entre o chefe de gabinete do ex-governador e a conta de uma das empresas. A suspeita é que a Sanefer fosse responsável por lavar esses recursos públicos. **(* Especial para O Hoje)**

PF indica 'Bambu' como sócio oculto da empresa

O Ministério Público Federal sustenta que Luiz Alberto de Oliveira, ex-chefe de gabinete do ex-governador de Goiás Marconi Perillo, é sócio-oculto da Sanefer, empresa contratada pela estatal de saneamento do estado.

No pedido de busca e apreensão da Operação Decantação, o MPF rastreou transações milionárias entre a empresa e o ex-chefe de gabinete.

"Foi localizado contrato de cessão de crédito da Sanefer em favor de Luiz Alberto de Oliveira de R$ 23 milhões. Deste valor, pouco mais de R$ 19 milhões referiam-se ao contrato nº 783/2013 firmado entre a Sanefer e a Saneago para locação de máquinas pesadas, de modo que parte dos valores objeto da cessão de crédito provinham da tesouraria da Saneago", diz o pedido.

No mesmo ano de 2013, a filha de Luiz Alberto, Gisella, transferiu R$ 28 milhões para a Sanefer. Em 2014, a Sanefer transferiu R$ 32,2 milhões para Luiz Alberto, mesmo valor do contrato firmado com Saneago no ano anterior. A Saneago chegou a emitir cheques em favor de Luiz Alberto no valor total de R$ 28 milhões.

"Há fortes indícios, assim, que Luiz Alberto de Oliveira seja sócio oculto de Carlos Eduardo Pereira da Costa na empresa Sanefer e que seja, em realidade, destinatário dos recursos devidos pela Saneago a referida empresa", diz o MPF. A Polícia Federal encontrou mais de R$ 1 milhão no carro de Luiz Alberto e uma mala com R$ 800 mil e armas na casa de Gisella.



Conta da empresa teria recebido R$ 28 mi de Luiz Alberto

Governo arrecada R$ 2,7 bilhões com Ferrovia Norte-Sul

LEILÃO – Com articulação do governador Ronaldo Caiado (DEM), Governo Federal leiloa ferrovia para concessionária Rumo S.A. Valor é mais do que o dobro do lance mínimo. Representada pela corretora Santander, a Rumo será responsável pelo trecho de 1.537 quilômetros, que vai de Estrela d'Oeste (SP) a Porto Nacional (TO). Trecho entre Açailândia, no Maranhão, e Anápolis, em Goiás, com cerca de 1.550 quilômetros, está pronto para uso. **Páginas 3 e 9**

Caiado: "Isso é só a ponta do iceberg"

Ronaldo Caiado, governador de Goiás, se manifestou nas redes sociais sobre investigação patrocinada pela Polícia Federal, através da Operação Decantação, que apura possíveis desvios na Saneago em gestões passadas. **Página 9**





Fio Direto

SUELY ARANTES arantes.sueli@gmail.com

Dedo-duro

Com postura arrogante de paladino da moralidade, o deputado-delegado-novato Humberto Teófilo (PSL) sobe à tribuna da Assembleia um dia sim outro também para tecer críticas ácidas contra o governo passado, com ou sem tema relevante. A última do rapaz foi sua confissão de que é também dedo-duro.

Lista negra

Ontem, Teófilo avisou que irá levar para o governador Ronaldo Caiado uma lista com nomes de delegados que apoiaram Marconi Perillo nas eleições passadas e exigir que eles sejam tratados a pão a água.

Só para mulheres

A Vice-Governadoria promove na manhã de hoje um bate-papo sobre empoderamento feminino. O evento terá participação da vereadora Priscilla Tejota, esposa do vice-governador Lincoln Tejota, e marca o encerramento do mês da mulher com uma roda de conversa para troca de conhecimentos e discussão de temas como respeito e empoderamento.

Ajuda do TCM

A vereadora Sabrina Garcez (PTB), presidente da Comissão Especial de Inquérito (CEI) que apura possíveis irregularidades na Secretaria Municipal de Educação e Esportes, se reuniu ontem com o presidente do Tribunal de Contas dos Municípios(TCM), Joaquim Alves de Castro, e os vereadores Lucas Kitão (PSL) e Cristina Lopes (PSDB), relatora da comissão.

Receptividade

O assunto foi a cooperação do TCM para análise dos contratos da CEI da Educação. Joaquim de Castro se colocou à disposição para colaborar com as possíveis análises necessárias ao processo de investigação da comissão e completou ainda que uma equipe do Tribunal acompanhará as reuniões da comissão "para os esclarecimentos necessários e devidos".

Fogueira

O cheiro de bambu queimado em Goiás exalou por todo o país ontem.

Aprovado projeto que facilita cancelamento de assinatura de TV a cabo

De autoria da deputada goiana Flávia Morais (PDT) o Senado aprovou projeto para garantir o direito dos usuários de TV por assinatura de cancelar os contratos por telefone ou via internet. O projeto de lei da Câmara (131/2015) não sofreu mudanças no Senado e segue para a sanção presidencial. O texto altera a Lei da Comunicação Audiovisual de Acesso Condicionado.Atualmente, essa possibilidade de cancelamento já está prevista em normas infralegais. O que o projeto faz é assegurar esse direito em lei, permitindo maior segurança jurídica aos consumidores usuários de serviços de TV por assinatura. Resolução da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) estabelece que as requisições pela internet e pelo centro de atendimento telefônico, inclusive de cancelamento, devem ser processadas automaticamente e ter efeito após dois dias úteis. O cancelamento imediato por meio de atendimento telefônico também é garantido por decreto que regulamenta o Código de Defesa do Consumidor. A senadora Eliziane Gama (PPS-MA) disse que o projeto pode colocar fim ao desrespeito com o consumidor, que chega a ficar mais de uma hora falando ao telefone na tentativa de fazer o cancelamento. Assim como ela, o senador Weverton (PDT-MA) se disse favorável ao projeto. Para ele, embora pareça simples, o projeto atende a uma demanda antiga dos consumidores. "Os consumidores muitas vezes são extorquidos por esses serviços intermináveis, que dão toda a facilidade para a pessoa entrar, mas quando a pessoa quer cancelar eles montam um sistema burocrático para tentar ganhar o máximo de tempo possível com o consumidor ali sendo forçado a utilizar o serviço".



MP questiona pagamento de honorários a procuradores

- O Ministério Público está questionando, na Justiça, o pagamento aos procuradores do Estado de honorários advocatícios não arbitrados em negociações extrajudiciais de dívidas ativas com o Tesouro Estadual, no percentual de 10% do total da dívida.
- Esses valores, que chegam a mais de R$ 18 milhões, foram transferidos para uma conta da Associação dos Procuradores do Estado de Goiás (Apeg) para ser divididos entre os associados.
- A promotora de Justiça, Villis Marra, responsável pela ação com pedido de liminar contra o Estado e a Apeg, sustenta que o prejuízo ao Estado é patente, porquanto foi transferido um montante astronômico concernente a execuções fiscais cuja partes executadas quitaram o débito fiscal administrativamente, sem participação dos procuradores.
- Na ação, a promotora também cita que um termo de compromisso ambiental acordado com um proprietário de empreendimento agrícola em situação irregular, em que uma das cláusulas apontava o recolhimento de 15% do valor do montante recolhido em favor do Fundo Estadual do Meio Ambiente também deveria ser depositado na conta da Apeg.

Linha Cruzada

- A Prefeitura de Goiânia e a Secretaria Municipal de Educação em parceria com o Sesc/Senai realizam hoje a primeira edição do Projeto Teia, levando serviços sociais variados e gratuitos a alunos da Escola Professor Lourenço Ferreira Campos
- A Escola Judicial de Goiás (Ejug) promove hoje, a partir das 13 horas, o evento "Aspectos Relevantes da Judicialização da Saúde", no auditório do Tribunal de Justiça.

Ex-reitor admite falhas em nomeações no Pronatec

No último dia útil como reitor da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Haroldo Reimer assina hoje uma portaria para procedimento administrativo interno para que se apure se os nomeados como prestadores de serviços dentro do Pronatec tinham capacidade necessária para as funções e se, de fato, eles cumpriram os horários e cumpriram as metas estabelecidas no programa. Haroldo deixa a direção da UEG no domingo e na segunda assume interinamente o professor Ivano Devilla, atual pró-reitor de pesquisa e pós-graduação.

Em conversa com a imprensa na tarde de ontem, Reimer admitiu que houve falha nas nomeações das pessoas que atuaram no programa. Ele diz que, apesar de não haver objeção legal para as nomeações, se tivesse refletido, não teria permitido que parentes fossem selecionados. "Deveríamos ter tido o cuidado de não nomear estas pessoas, mesmo com a capacidade comprovada para evitar estes questionamentos", afirmou.

No caso do professor Marcos Torres, que é pró-reitor de extensão, cultura e assuntos estudantis, que tem pelo menos seis indicados para recebimento da bolsa do programa, o reitor diz que precisa ser apurado.

REPUTAÇÃO

Reimer está sendo investigado pela Controladoria Geral do Estado por supostos desvios dos valores do programa com as nomeações de pessoas indicadas. O reitor diz que decidiu se distanciar da instituição para cuidar da sua defesa. Reimer ficaria no cargo até 2020.